## Boletim de pedido ao apoio judiciário Processo judicial

## Identificação do requerente

Nome do requerente: $\qquad$ Sexo: $\square$ Masculino $\square$ Feminino Idade:

Estado civil: Nível de escolaridade:
Profissão: $\qquad$
Documento de Identificação:
Título de Identificação de Trabalhador Não Residente

Língua para comunicação a usar: (Pode-se seleccionar mais do que uma opção) $\square$ Chinês $\square$ Português $\square$ InglêsOutro: N. ${ }^{\circ}$ : E-mail: Fax: $\qquad$
$\qquad$

Endereço de contacto ${ }^{1}$ :
Morada ${ }^{1}$ :

* Se porventura a Comissão não conseguir contactar o representante pelo telefone de contacto supramencionado, pode-se contactar o mesmo através do seguinte indivíduo:

Nome:
Telefone: $\qquad$

## Membros do agregado familiar do requerente ${ }^{2}$

Nome

1. 
2. 
3. 
4. 
5. 
6. 
7. 
8. 

Relação do parentesco
Idade
1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.

Rendimentos e activos do requerente e dos membros do seu agregado familiar ${ }^{3}$

Parte relativa aos rendimentos ${ }^{4}$

## Rendimentos de trabalho ${ }^{5}$

Nome
Instituição de trabalho

Valor total de rendimentos anual (Tipo de moeda)
3.
5.

# Outros rendimentos ${ }^{6}$ 

Descrição
Possuidor
Valor total de rendimentos
(Tipo de moeda)
1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.

Rendimentos e activos do requerente e dos membros do seu agregado familiar ${ }^{3}$

## Parte relativa aos activos

## Imóveis

Endereço e finalidade $\quad$ Possuidor | Valor actual |
| :---: |
| (Tipo de moeda) |

1. 
2. 
3. 
4. 
5. 

## Embarcações, aeronaves ou veículos

Valor actual
Tipo
N. ${ }^{\circ}$

Possuidor
(Tipo de moeda)
1.
2.
3.
4.
5.

Outros activos ${ }^{7}$
Descrição
Possuidor
Valor actual
(Tipo de moeda)
1.
2.
3.
4.
5.

## Contas bancárias

Designação do banco N. ${ }^{\circ}$ das contas Possuidor

Valor do saldo à data do requerimento (Tipo de moeda)
9.
10.
11.
12.

## Empréstimo bancário com caução hipotecária sobre imóveis ${ }^{8}$

Entidade credora

Possuidor
Saldo em dívida à data do requerimento (Tipo de moeda)
1.
2.
3.
4.
5.

## Parte relativa às despesas ${ }^{\circ}$

Itens de despesas
Valor das despesas
(Tipo de moeda)
1.
2.
3.
4.
5.
6.

## Modalidade(s) de apoio judiciário pedida(s)

$\square$ Isenção de preparosIsenção de custas
$\square \quad$ Nomeação de patrono e pagamento de patrocínio judiciário

## Incidentes processuais

Fase em que se encontra $\square$ Ainda não foi formulado o pedido no processo judicial $\square$ Já foi formulado o pedido no processo judicial
o processo judicial 10 : o processo judicial ${ }^{10}$ :
$\square$ Recurso (processo judicial)
$\square$ Recurso (arbitragem necessária)

## Estatuto processual do requerente:

| Processo civil | $\square$ Autor | $\square$ Réu | $\square$ Recorrente | $\square$ Recorrido |
| :--- | :--- | :--- | :--- | :--- |
| Processo <br> administrativo | $\square$ Autor | $\square$ Réu | $\square$ Recorrente | $\square$ Recorrido |
| Processo de trabalho | $\square$ Autor | $\square$ Réu | $\square$ Recorrente | $\square$ Recorrido |
| Processo penal | $\square$ Assistente | $\square$ Parte civil | $\square$ Recorrente |  |
| Processo de execução | $\square$ Exequente | $\square$ Executado |  |  |
| Procedimento <br> cautelar | $\square$ Requerente | $\square$ Requerido |  |  |

N. ${ }^{\circ}$ do processo / N. ${ }^{\circ}$ do caso de arbitragem necessária ${ }^{11}$ : $\qquad$

Tribunal / Instituição de arbitragem:

A parte contrária no processo é membro do agregado familiar do requerente ${ }^{\mathbf{1 2}}$ :Sim

## Nome

Relação com o requerente
1.
2.
3.
4.
5.

## Aplicam-se apenas ao assunto sobre o recurso de decisöes de arbitragem necessária os seguintes ${ }^{13}$ :

As decisões de arbitragem necessária às quais se pretenda interpor recurso pertencem ao seguinte âmbito:
$\square$ Lei n. ${ }^{9}$ 9/2021-Lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor
$\square$ Lei n. ${ }^{0}$ 18/2022 - Regime jurídico da renovação urbana
$\square$ Lei n.․ 9/2023-Regime da arbitragem necessária de litígios relativos a infiltrações de água em edifícios

Declaro que todas as informações acima preenchidas e todos os documentos apresentados são verdadeiros. Mais declaro que tomei conhecimento de que a apresentação de informações falsas ou a falsificação de documento me podem fazer incorrer em responsabilidade criminal.

## Declaração de recolha de dados pessoais:

1. Todos os dados pessoais fornecidos à Comissão de Apoio Judiciário destinam-se apenas à apreciação e autorização do pedido.
2. Para efeitos de cumprimento das obrigações legais, os dados pessoais fornecidos pelo requerente poderão ser transferidos para outras entidades competentes.
3. No momento do tratamento de dados pessoais do requerente, o pessoal deve tomar medidas adequadas para a devida guarda dos mesmos e está sujeito ao dever de sigilo.
4. O requerente pode requerer, por escrito, a consulta e rectificação de dados pessoais.

## Notas:

1. Caso haja lugar a notificação, a Comissão envia carta registada para esse endereço de contacto / morada e presume-se realizada a notificação no terceiro dia posterior ao do registo, ou no primeiro dia útil seguinte nos casos em que o referido terceiro dia não seja dia útil.
2. Consideram-se membros do agregado familiar os seguintes indivíduos que vivam em situação de economia comum:
1) Cônjuges ou pessoas que vivam em condições análogas às dos cônjuges;
2) Ascendentes (por exemplo pais e avós);
3) Descendentes (por exemplo filhos e netos);
4) Afins na linha recta;
5) Pais adoptivos ou seus ascendentes, filhos adoptivos ou seus cônjuges, ou descendentes dos filhos adoptivos, de qualquer uma das partes do casal.
3. Para o cálculo dos bens disponíveis do requerente não são considerados os rendimentos nem o activo do membro do seu agregado familiar que seja parte contrária no litígio.
4. Os proventos do requerente e dos membros do seu agregado familiar auferidos na Região Administrativa Especial de Macau ou no exterior, no ano anterior à data de apresentação do pedido de apoio judiciário, com excepção dos montantes da comparticipação pecuniária no desenvolvimento económico, subsídios para idosos, subsídios de invalidez, prestações da segurança social, apoios de natureza pecuniária, bem como dos demais subsídios do Governo que não constituam matéria colectável.
5. Os rendimentos de trabalho, no ano anterior à data de apresentação do pedido de apoio judiciário, abrangem os provenientes do trabalho por conta própria ou por conta de outrem.
6. Outros rendimentos abrangem os abonos e as pensões de aposentação ou reforma, bem como os rendimentos provenientes de actividades comerciais ou industriais, imóveis, direitos de autor e aplicações financeiras.
7. Outros activos incluem os estabelecimentos comerciais ou industriais, quotas, acções, participações ou outras partes sociais do capital em sociedades civis ou comerciais, carteiras de títulos, direitos de crédito, obras de arte ou de joalharia e outros objectos.
8. Os imóveis que não sejam a casa de morada da família.
9. Neste campo preenche-se apenas cada uma das despesas indispensáveis e devidamente comprovadas, realizadas dentro de um ano a contar da data da apresentação do pedido de apoio judiciário, cujo montante exceda 5000 patacas, nomeadamente as despesas com a educação, saúde e funeral, não estando incluídas as multas, indemnizações ou outras despesas devidas por culpa do requerente e dos membros do seu agregado familiar. Caso não existam essas despesas, não é necessário o respectivo preenchimento.
10. A fase em que se encontra o processo judicial refere-se ao facto de o requerente já ter instaurado processo no tribunal ou estar a interpor recurso para o tribunal superior aquando da apresentação do pedido de apoio judiciário.
11. O requerente deve preencher este campo caso pretenda intervir num processo já instaurado.
12. O membro do agregado familiar com quem o requerente esteja litigado no processo, por exemplo na acção de divórcio, o cônjuge do requerente é a parte contrária do mesmo.
13. O requerente deve mencionar a lei pela qual pretenda interpor o recurso de decisões de arbitragem necessária, bem como apresentar as informações ou documentos fundamentados do pedido de processo.
14. O requerente deve mencionar as razões de facto e o pedido (efeitos que pretenda obter por via de acção) sobre o processo a instaurar ou em que intervenha, bem como apresentar as informações ou documentos fundamentados do pedido de processo.

Rendimentos e activos do requerente e dos membros do seu agregado familiar ${ }^{3}$

Parte relativa aos rendimentos ${ }^{4}$

Rendimentos de trabalho ${ }^{5}$
Nome
Instituição de trabalho

Valor total de rendimentos (Tipo de moeda)

Outros rendimentos ${ }^{6}$
Descrição
Possuidor

Valor total de rendimentos
(Tipo de moeda)
1.
2.

Rendimentos e activos do requerente e dos membros do
seu agregado familiar ${ }^{3}$

## Parte relativa aos activos

## Imóveis

Endereço e finalidade
Possuidor
Valor actual
(Tipo de moeda)
1.
2.
3.

## Embarcações, aeronaves ou veículos

Tipo
N. ${ }^{\circ}$

Possuidor
Valor actual
(Tipo de moeda)
1.
2.

## Outros activos ${ }^{7}$

Descrição
Possuidor
Valor actual
(Tipo de moeda)
1.
2.

## Contas bancárias

Designação do banco
$\mathrm{N} .{ }^{0}$ das contas
Possuidor
Valor do saldo à data do requerimento (Tipo de moeda)
1.
2.
3.

Empréstimo bancário com caução hipotecária sobre imóveis ${ }^{8}$
Entidade credorat
Possuidor
Saldo em dívida à data do requerimento (Tipo de moeda)
3.

Parte relativa às despesas ${ }^{9}$
Descrição
Valor das despesas (Tipo de moeda)
1.
2.

Desenvolvimento de campos sobre as contas bancárias
Activos do requerente e dos membros do seu agregado familiar
Contas bancárias
Designação do banco
1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.
16.
17.
18.
19.
20.
21.
22.
23.
24.
25.
26.
27.
28.
29.
30.

